



SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJETO DE
RECUPERAÇÃO DE MATAS CILIARES

TERMO DE REFERÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO DE CONSULTOR
INDIVIDUAL

LEVANTAMENTO DE FONTES DE FINANCIAMENTO E FOMENTO À
RECUPERAÇÃO FLORESTAL

1. IDENTIFICAÇÃO DOS TERMOS DE REFERÊNCIA

1.1. NÚMERO: 22/2010

1.2. ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:

Recuperação florestal

2. IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATANTE:

2.1. CONTRATANTE:

Unidade de Coordenação do Projeto de Recuperação de Matas Ciliares

2.2. ENDEREÇO:

Av. Professor Frederico Hermann Jr, 345, Alto de Pinheiros, São Paulo, SP

2.3. NOME DO RESPONSÁVEL:

Helena de Queiroz Carrascosa von Glehn

3. METODOLOGIA DE QUALIFICAÇÃO E SELEÇÃO

Seleção de Consultor Individual, conforme Diretrizes para a Seleção e Contratação de Consultores pelos Mutuários do Banco Mundial publicadas em maio de 2004 e revisadas em outubro de 2006.

4. ANTECEDENTES

O Projeto de Recuperação de Matas Ciliares no Estado de São Paulo (PRMC) é uma iniciativa da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo (SMA) com financiamento do *Global Environment Facility* (GEF), tendo como agência implementadora o Banco Mundial. Tem como objetivo central desenvolver instrumentos, metodologias e estratégias que viabilizem a recuperação de matas ciliares em larga escala. O Projeto deverá ser implantado em quatro anos (iniciado em 2005) e sua estrutura compreende cinco componentes:

1 - Desenvolvimento de políticas: o objetivo é avaliar e criar condições para a implantação de um programa estadual de recuperação sustentada de matas ciliares, a partir de aspectos



SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE MATAS CILIARES

como oferta de tecnologia, aparatos tributários e legais e vertente macroeconômica, com a proposição de um sistema para pagamento por serviços ambientais. Inclui a identificação de áreas prioritárias com vistas à formação de corredores regionais de biodiversidade e o desenvolvimento de um sistema para monitorar matas ciliares.

2 - Apoio à restauração sustentável de florestas ciliares: visa o desenvolvimento e a disseminação de metodologias, e o incremento da oferta de sementes e mudas em quantidade e qualidade adequadas à recuperação de matas ciliares. Seus subcomponentes são: Desenvolvimento e validação de metodologia para restauração florestal; e Apoio à colheita de sementes e produção de mudas de espécies nativas.

3 - Investimentos em práticas de uso sustentável do solo e restauração florestal: desenvolvidos em microbacias representativas das situações encontradas no Estado de São Paulo, para testar, consolidar e permitir a replicação de instrumentos, técnicas e metodologias propostos pelos demais componentes do projeto. Incluem-se aqui os subcomponentes: Investimentos em áreas produtivas agrícolas e de pastagens (no âmbito do PEMH/CATI); e Projetos Demonstrativos (PDs) de recuperação de matas ciliares.

4 - Capacitação, educação ambiental e treinamento: destaca a importância dos aspectos culturais e sociais nesse campo, com os subcomponentes: Educação ambiental no ensino formal; Mobilização e divulgação (*stakeholders* e população residente nas bacias prioritárias); Capacitação de agentes ambientais (executores do projeto); Capacitação para a gestão sustentável nas microbacias (beneficiários do projeto).

5 - Gestão, monitoramento e avaliação, e disseminação de informações: destina-se a coordenar, gerenciar, monitorar e difundir as ações desenvolvidas.

As atividades objeto destes Termos incluem-se no Componente 1, visando subsidiar a elaboração e avaliação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável.

4.1 – CONTEXTO

De acordo com o mais recente levantamento da cobertura florestal realizado pela SMA, no Estado de São Paulo existem cerca de 3,4 milhões de hectares cobertos por vegetação nativa, considerando as diferentes fito-fisionomias de ocorrência, o que representa 13,9% de área total do Estado. Quando são comparadas as informações fornecidas pelos dois últimos inventários florestais (2000 e 2005) verifica-se ter havido acréscimo de vegetação nas regiões que já apresentavam maiores índices de cobertura florestal, enquanto houve a redução de vegetação em áreas que já apresentavam menores índices.

Assim, embora no cômputo geral se verifique a estabilização dos percentuais de cobertura florestal, verifica-se que o processo de insularização dos fragmentos remanescentes na maior parte do território paulista ainda persiste, uma vez que a vegetação remanescente distribui-se de forma heterogênea, concentrando-se no litoral e na Serra do Mar onde se encontram as principais Unidades de Conservação administradas pelo poder público. Por outro lado, vastas áreas encontram-se praticamente desprovidas de vegetação nativa, apresentando fragmentos remanescentes isolados na paisagem. O isolamento dos remanescentes florestais tem se constituído em ameaça concreta à estrutura, funções e estabilidade dos ambientes naturais, em especial da Mata Atlântica e do Cerrado, biomas de importância global presentes no Estado de São Paulo. O desmatamento, aliado à



SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE MATAS CILIARES

suscetibilidade à erosão e ao manejo inadequado dos solos, contribui também para a perda de solo fértil e para o assoreamento de rios, represas e nascentes, prejudicando a disponibilidade de água para o abastecimento público e para o desenvolvimento. Neste contexto, é especialmente grave a situação das áreas ciliares que, de maneira geral, encontram-se desmatadas e degradadas uma vez que porção significativa deste ecossistema em áreas de produção agrícola foi suprimida ou sofreu algum grau de perturbação. A reversão desta situação, com a restauração florestal em áreas ciliares, possibilitaria a criação de uma extensa rede de corredores que contribuiria para aumentar a conectividade entre os fragmentos de vegetação remanescente, apoiando a conservação da biodiversidade, e para a proteção dos recursos hídricos e do solo.

Ocorre que, apesar da importância das matas ciliares e dos esforços desenvolvidos para sua recuperação, algumas questões têm representado obstáculos a programas e projetos de restauração de florestas ciliares. As principais barreiras à implantação de projetos de recuperação de matas ciliares podem ser sistematizadas em seis grandes grupos: a) dificuldade de engajamento de proprietários rurais que, de maneira geral, entendem a obrigação de preservar matas ciliares como uma expropriação velada de áreas produtivas da sua propriedade; b) insuficiente disponibilidade de recursos para a recuperação de matas ciliares e ineficiência no uso dos recursos disponíveis; c) déficit regional (qualitativo e quantitativo) na oferta de sementes e mudas de espécies nativas para atender à demanda a ser gerada por um programa de recuperação de matas ciliares; d) dificuldade de implantação de modelos de recuperação de áreas degradadas adequados às diferentes situações; e) falta de instrumentos para planejamento e monitoramento integrado de programas de recuperação de áreas degradadas e f) dificuldades no reconhecimento, pela sociedade, da importância das matas ciliares e também para a mobilização, capacitação e treinamento dos agentes envolvidos.

4.2 – ESCOPO

Entre os estados Brasileiros, São Paulo é o maior consumidor de madeira no Brasil – sendo que, de acordo com dados do Ministério do Meio Ambiente (MMA), cerca de 12,7 milhões de metros cúbicos de madeira da Amazônia abastecem anualmente o Estado. Deste total, uma boa parte é de origem irregular.

O incentivo a atividades econômicas florestais que conciliem ganhos ambientais e econômicos alinha-se com outras políticas do Estado, tendo ainda potencial de geração de empregos. Além disso, tal política vem de encontro com metas de aumento da cobertura florestal do Estado e deve contribuir para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Nada disso é possível sem os devidos incentivos econômicos e instrumentos financeiros para fomentar a silvicultura no Estado. E apesar dos estudos realizados pela FAO em 2005 sobre “Estratégias e Mecanismos Financeiros para Florestas Plantadas” serem de grande valia, existe a necessidade de atualizar-los e expandir sua abrangência. Incluindo além dos mecanismos atuais existentes no Brasil, experiências de sucesso em outros países.



SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE MATAS CILIARES

5. OBJETIVOS

- Apresentar análise crítica dos principais resultados da Política Nacional de Florestas (PNF);
- Atualizar as informações dos programas Nacionais e Regionais levantados pela FAO no estudo “Estratégias e Mecanismos Financeiros para Florestas Plantadas;”
- Examinar e reportar as principais linhas de financiamento à recuperação florestal no Brasil e em outros países - distinguir as linhas de fomento à recuperação de florestas nativas do reflorestamento homogêneo para fins comerciais, quando for o caso;
- Levantar os programas, no Brasil, que podem disponibilizar recursos para pesquisa e desenvolvimento florestal (Aneel, etc.);

6. PERÍODO DA CONTRATAÇÃO

Estima-se um prazo de quatro meses para esta consultoria.

7. PERFIL DO PROFISSIONAL

Os serviços deverão ser executados por profissional com curso superior em Economia, Administração, Ciências Agrárias, Florestais ou Biológicas, com experiência e conhecimentos comprovados em economia da restauração florestal.

8. ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELO CONSULTOR:

Para fins desta consultoria, o Consultor deverá revisar dados secundários e pesquisar instituições de fomento florestal, seja por meio eletrônico, por telefone, ou mesmo pessoalmente, quando necessário.

As atividades a serem desenvolvidas são descritas a seguir:

1. Analisar criticamente a Política Nacional de Florestas, comparando seus objetivos e metas com os resultados obtidos até então, e destacando os pontos fortes e os pontos fracos, tanto da proposta da política quanto dos resultados obtidos;
2. Contextualizar, no que tange a realidade brasileira, estudo “Estratégias e Mecanismos Financeiros para Florestas Plantadas”, produzido pela FAO, e atualizar as informações dos programas Nacionais e Regionais mencionados nesse estudo;
3. Examinar e reportar as principais linhas de financiamento à recuperação florestal no Brasil e em outros países e, nos casos brasileiros, prover:
 - Contatos das instituições financiadoras (incluindo sitio eletrônico, quando disponível);



SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE MATAS CILIARES

- Critérios de elegibilidade e outros critérios específicos que sejam relevantes para a obtenção dos recursos;
 - Instruções detalhadas sobre como proceder para pleitear recursos;
4. Examinar programas brasileiros ou internacionais que disponibilizam recursos para pesquisa e desenvolvimento florestal, e reportar, no mínimo, as seguintes informações:
- Origem e características dos programas;
 - Contatos das instituições (incluindo sitio eletrônico, quando disponível);
 - Critérios de elegibilidade e outros critérios específicos que sejam relevantes para a obtenção dos recursos;
 - Instruções detalhadas sobre como proceder para pleitear recursos;

9. PRODUTOS E PRAZOS:

Os produtos deste estudo são os seguintes:

PRODUTO 1: Relatório sobre a atividade 8.1

PRODUTO 2: Relatório sobre a atividade 8.2

PRODUTO 3: Relatório sobre as atividades 8.3 e 8.4

Cronograma para entrega dos produtos

Produto / dias *	30	60	120
PRODUTO 1	X		
PRODUTO 2		X	
PRODUTO 3			X

* Dias após a assinatura do contrato

Forma de apresentação dos produtos

Todos os produtos deverão ser entregues em versões impressa e digital (esta última compatível com aplicativos do pacote Office 2000);

10. PROPRIEDADE DOS RESULTADOS DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

Todos os resultados dos serviços contratados, incluindo documentação original, especificações, programas compilados e fontes, bases de dados, arquivos, tabelas, gráficos, fotos, memórias de cálculo, e todas as informações obtidas e os métodos desenvolvidos no contexto do objeto contratado, serão de propriedade da Contratante.



SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJETO DE
RECUPERAÇÃO DE MATAS CILIARES

11. INSUMOS A SEREM FORNECIDOS PELA CONTRATANTE

A Contratante não tem insumos a oferecer ao Consultor. O relatório “Estratégias e Mecanismos Financeiros para Florestas Plantadas” está disponível no *website* da FAO.

OBS: Eventuais despesas de hospedagem, transporte e alimentação do Consultor são de sua responsabilidade.

12. FORMA DE PAGAMENTO

Os produtos serão pagos em etapas, mediante entrega e aprovação pela Contratante dos produtos referenciados no Item 9, observando-se a seguinte distribuição do valor total dos serviços, considerando-se para tanto o prazo em dias após a assinatura do contrato:

Produto	Prazo/ dias *	% do valor
PRODUTO 1	30	15
PRODUTO 2	60	15
PRODUTO 3	120	70

* Dias após a assinatura do contrato

13. CONDIÇÕES GERAIS

As despesas com deslocamentos e outras despesas do consultor para levantamento de dados, vistorias e outros trabalhos de campo serão de responsabilidade do consultor. O local de execução dos produtos é de responsabilidade do consultor.

Maiores informações estarão à disposição na sede da UCPRMC, situada na Av. Prof. Frederico Hermann Jr., n.º 345 – Alto de Pinheiros – São Paulo – SP, telefone (11) 3133-3039.

São Paulo, julho de 2010